

FACULDADE DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

Regente: Prof. Doutora Maria Luísa Duarte

Colaboradores: Prof. Doutora Ana Rita Gil; Prof. Doutora Heloísa Oliveira;
Dra. Rita Curro; Dr. Gustavo Almeida Neves; Dr. Duarte dos Santos Pedro

2.º Ano – Turma B

Ano lectivo: 2025/2026 (2.º Semestre)

PROGRAMA

INTRODUÇÃO

1. União Europeia e Direito da União Europeia: terminologia e enquadramento no espaço de afirmação da identidade europeia
2. Os fundamentos históricos do desígnio europeu
 - 2.1. Até à I Guerra Mundial
 - 2.2. No período entre as duas Grandes Guerra
 - 2.3. Depois da II Guerra Mundial
3. A Europa do pós-1945. A criação das três Comunidades Europeias
 - 3.1. Ano Zero: a Declaração Schuman
 - 3.2. O Tratado de Paris e a criação da CECA
 - 3.3. Os Tratados de Roma e a criação da CEE e da Eurátomo

4. As etapas do processo de integração europeia

- 4.1. A etapa da transição (1958-1968)
- 4.2. A etapa da idade adulta (1969-1992)
- 4.3. A etapa da idade futura: a União Europeia (1993-2009)
- 4.4. De 2009 aos nossos dias: o gradualismo do projecto de integração europeia

5. As fases da teoria da integração económica (zona de comércio livre, união aduaneira, mercado comum e união económica e monetária)

6. O Tratado de Lisboa e a afirmação da identidade da União Europeia como espaço de integração política

7. Método comunitário e princípio contratualista: um certo regresso às origens

8. Sobre a natureza jurídica da União Europeia

9. A União Europeia e a vertigem das crises sucessivas (2008-2025)

PARTE I

A ESTRUTURA DECISÓRIA DA UNIÃO EUROPEIA

Capítulo 1

Aspectos comuns do sistema institucional

10. Sistema institucional da UE – noções básicas

11. Estrutura institucional e fontes de legitimidade

12. Quadro comum de funcionamento das instituições, órgãos e organismos

- 12.1. Autonomia
- 12.2. Função pública da UE
- 12.3. Privilégios e imunidades
- 12.4. Regime linguístico
- 12.5. Sedes

13. Princípios fundamentais de vinculação institucional

- 13.1. Considerações gerais
- 13.2. O princípio do equilíbrio institucional
- 13.3. O princípio do respeito pelo acervo eurocomunitário
- 13.4. O princípio da cooperação leal
- 13.5. O princípio da transparência

14. Instituições, órgãos e organismos

- 14.1. O Parlamento Europeu
- 14.2. O Conselho Europeu
- 14.3. O Conselho (de Ministros) da União Europeia
- 14.4. A Comissão Europeia
- 14.5. O Tribunal de Justiça da União Europeia
- 14.6. O Banco Central Europeu
- 14.7. O Tribunal de Contas
- 14.8. Órgãos criados pelos Tratados – em especial, o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, o Provedor de Justiça Europeu, o Comité Económico e Social e o Comité das Regiões

- 14.9. Órgãos criados pelo decisor da União Europeia – comités e organismos especializados, em especial a Procuradoria Europeia

Capítulo 2

Os procedimentos de decisão da União Europeia

15. Procedimentos de decisão, separação de poderes e sistema de governo na União Europeia: atípico, híbrido e flexível
16. O procedimento de aprovação de actos legislativos
17. Os procedimentos de aprovação de actos não legislativos
- 17.1. Actos delegados
- 17.2. Actos normativos de execução (comitologia)
18. O procedimento de vinculação internacional da União Europeia
19. Procedimento de aplicação de sanções políticas pela UE aos Estados-membros (artigo 7.º UE)

PARTE II

A ORDEM JURÍDICA DA UNIÃO EUROPEIA

Capítulo 3

As fontes do Direito da União

20. Fontes do Direito da União – considerações gerais

21. Direito Primário

21.1. Noção

21.2. Sobre a natureza dos tratados institutivos: tratado ou constituição?

21.3. Âmbito de aplicação dos tratados

21.4. Procedimentos de revisão dos tratados

21.4.1. Procedimento ordinário ou solene

21.4.2. Procedimentos simplificados de revisão

22. Direito Secundário

22.1. Tipologia de actos

22.2. Os atos típicos (artigo 288.º TFUE)

22.2.1. Regulamento

22.2.2. Directiva

22.2.3. Decisão

22.2.4. Recomendações e pareceres

22.3. Os actos atípicos de natureza funcional

22.3.1. Actos legislativos

22.3.2. Actos delegados

22.3.3. Actos de execução

23. Aspectos fundamentais do regime jurídico comum dos actos eurocomunitários

24. Outros actos

25. Ordem jurídica eurocomunitária e Direito Internacional: aspectos gerais

26. Direito de fonte convencional

- 26.1. Os acordos internacionais celebrados pela União Europeia (artigo 216.º TFUE)
- 26.2. Acordos internacionais celebrados pelos Estados-membros
- 26.3. Os chamados “acordos mistos”

27. Outras fontes

- 27.1. A jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia e o efeito do precedente atípico
- 27.2. Os princípios gerais de Direito - origem e força conformadora
- 27.3. O costume

Capítulo 4

A articulação entre a ordem jurídica eurocomunitária e as ordens jurídicas nacionais - princípios e critérios estruturantes

28. Aspectos introdutórios

29. Autonomia da ordem jurídica eurocomunitária

30. Princípio do primado

31. A eficácia directa – noção e fundamento

32. Eficácia directa e vinculação

33. Outros princípios de função complementar para a garantia da eficácia plena do Direito da União

33.1. Princípio da interpretação em conformidade com o Direito da União

33.2. Princípio da lealdade comunitária – em especial, a competência de execução dos Estados-membros

33.3. Princípio da responsabilidade extracontratual dos Estados-membros por violação do Direito da União

34. A Constituição Portuguesa e o grau de “abertura” à exigência de “coabitação necessária” entre o princípio do primado e o respeito pelos “princípios fundamentais do Estado de Direito democrático”

35. Direito da União Europeia e Tribunais Constitucionais

36. Os fundamentos jurídicos de uma *União de direito*

36.1. O princípio da tutela jurisdicional efectiva

36.1.1. Aspectos gerais

36.1.2. Em especial, o processo de questões prejudiciais

36.2. O “bloco de fundamentalidade” da União Europeia – antecedentes e fontes

36.3. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia: âmbito de protecção e relevância jurídica

36.4. A União Europeia e a adesão à Convenção Europeia dos Direitos do Homem (um projecto adiado)

36.5. Garantia do nível mais elevado de protecção e funcionamento do *triângulo judicial europeu*

36.6. Estatuto de cidadania da União

36.6.1. Natureza jurídica do vínculo de cidadania da União

36.6.2. Noção e elenco dos direitos fundamentais

36.6.3. Direitos de cidadania e direitos sociais

37. União Europeia e Estado de direito – análise crítica sobre os meios de garantia

Capítulo 5

Âmbito e natureza das competências da União Europeia – princípios basilares

38. Aspectos introdutórios

39. Um sistema eurocomunitário de competências

40. Princípio da competência por atribuição

41. Princípio da subsidiariedade

42. Princípio da proporcionalidade

43. A vocação expansiva dos poderes da UE: instrumentos jurídicos de interpretação e ampliação de competências

43.1. A teoria dos poderes implícitos e a interpretação dos Tratados como um programa de acção

43.2. O artigo 352.º TFUE e a cláusula de poderes necessários

44. Delimitação da esfera jurídica de acção da União – em especial, a fronteira entre competência exclusiva e competência partilhada

45. O princípio da competência por atribuição e a sua eventual debilitação pelos **“aceleradores da competência comum”** em função das necessidades (pandemia; crise energética; transição climática; guerra da Ucrânia e exigências da segurança europeia). Sobre o dilema da competência

Capítulo 6

União Europeia e integração económica

46. O mercado interno e as quatro liberdades de circulação

46.1. Mercadorias

46.2. Pessoas

46.3. Serviços

46.4. Capitais

47. União Económica e Monetária: âmbito e natureza das competências da União Europeia

48. União Bancária

Capítulo 7

União Europeia e integração política

49. Aspectos introdutórios

50. Política Externa e de Segurança Comum (PESC)

51. Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)

52. Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça

BIBLIOGRAFIA

I. Bibliografia básica

DUARTE, Maria Luísa – *Direito da União Europeia, Lições desenvolvidas*, 2.^a edição, ampliada e actualizada, Lisboa, AAFDL, 2026

___ *Tratado de Lisboa*, 4.^a edição, Lisboa, AAFDL, 2023 (em co-autoria com Rui Tavares Lanceiro).

II. Outra bibliografia

A. Portuguesa

DELGADO, Miguel Mota/GIL, Ana Rita/BRAS, Afonso/OLIVEIRA; Heloísa-
Casos e Materiais de Direito da União Europeia, Lisboa, AAFDL, 2022

DUARTE, Maria Luísa – “A teoria dos poderes implícitos e os limites da acção jurídica das Organizações Internacionais”, *Estudos Wladimir de Brito, Almedina* 2020, p.1131-1141

___ *Direito do Contencioso da União Europeia*, Lisboa, AAFDL, 2017.

___ *Estudos sobre o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2010.

___ “O ramo e a árvore – a propósito do Direito da União Europeia. Notação sobre Botânica Jurídica”, in *Revista de Direito Público*, n.º 1, 2009, p. 247.

___ *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2013.

___ *Estudos de Direito da União e das Comunidades Europeias*, Coimbra Editora, 2000.

___ *Estudos de Direito da União e das Comunidades Europeias*, Coimbra Editora, 2006, vol. II.

___ *União Europeia e jurisprudência constitucional dos Estados-membros* (em co-autoria com Pedro Delgado ALVES), Lisboa, AAFDL, 2006.

____*20 Anos de Jurisprudência da União sobre Casos Portugueses* (em coordenação com Luís Fernandes e Francisco Pereira Coutinho), Lisboa, MNE, ID, 2011.

Duarte, Maria Luísa/ GIL, Ana Rita/FREITAS, Tiago Fidalgo de – *Direitos Humanos e Estado de Direito. Protecção no quadro europeu e internacional*, Lisboa, AAFDL, 2022

B. Estrangeira

BARNARD, C. / PEERS, Steve – *European Union Law*, 3.^a ed., Oxford Univ. Press, 2020.

BERRY, E. / HOMEWOOD, M. / BOGUSZ, B. – *Complete EU Law*, Oxford Univ. Press, 4.^a ed., 2019

CHALMERS, Damien / DAVIES, Gareth / MONTI, Giorgio – *European Union Law*, 4.^a ed., Cambridge Univ. Press, 2019.

CRAIG, Paul / BURCA, Grainne de – *EU Law. Text, cases and materials*, 8.^a ed., Oxford Univ. Press, 2024.

CRAIG, Paul/BURCA, Grainne (eds.), *The evolution of EU Law*, 3^a ed., Oxford Univ. Press, 2021

III. Outros elementos de trabalho

- Tratados institutivos (Tratado da União Europeia e Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia)
- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia
- Constituição Portuguesa
- Jurisprudência comunitária (disponível no sítio: <http://www.curia.eu>)
- Anexo (v. lista de jurisprudência)
- Actualidades e notas doutrinárias (disponível no EU Law Live, <https://eulawlive.com> , acesso gratuito via Biblioteca FDUL)

IV. Avaliação: aplicação das regras constantes do Regulamento de Avaliação, com excepção dos alunos ERASMUS que, em método A, dispensam com a nota de 10 valores.

Lisboa, 9 de Fevereiro de 2026